

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : VEJA

CLASS. : Yani 2437

DATA : 20 11 91

PG. : 38



ANTÔNIO RIBEIRO

Aldeia ianomami: 10 000 índios numa área equivalente à Hungria

FRONTEIRA

Com papel assinado

Depois de uma demorada negociação, Collor contraria ministros militares e cria reserva para os ianomamis

Na sexta-feira passada o país comemorava o 102º aniversário da proclamação da República e o presidente Fernando Collor convocou seus ministros e secretários para um programa de índio. Às 10h30, levou-os para os jardins do Palácio da Alvorada e lá, usando uma gravata com estampas em forma de cocar, anunciou a decisão que levou mais de um ano para ser tomada — a demarcação de 9,4 milhões de hectares na Amazônia destinados exclusivamente aos 10 000 índios ianomamis que vivem na região. A decisão permite que os índios possam entrar na Venezuela e voltar ao Brasil sem qualquer transtorno. Na Venezuela, os ianomamis brasileiros encontrarão mais 8 milhões de hectares já demarcados pelo presidente Carlos Andrés Pérez. No total, terão uma área equivalente a dois Portugais para ocupar. “Nessa manhã, é com orgulho que anuncio uma decisão histórica”, disse Collor numa cerimônia assistida por ministros, secretários, políticos, um exame de mosquitos — e nenhum ianomami.

Em seu discurso, Collor disse que a decisão “se apóia em sólido consenso no âmbito do Poder Executivo”. Não é bem assim. Os ministros militares e o secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, eram contrários à demarcação.

Preferiam que uma faixa de 150 quilômetros junto à fronteira não fosse destinada aos índios, para impedir uma ligação direta com a Venezuela. Temiam a criação de uma nação ianomami. Na solenidade de sexta, Collor respondeu a esse temor. “Com a decisão de hoje a soberania continua intacta e saiu reforçada”, disse. Ao final do discurso o presidente foi aplaudido por todos, menos pelos mosquitos e pelos ministros militares.

Num gesto teatral, os ministros Carlos Tinoco, do Exército, e Sócrates da Costa Monteiro, da Aeronáutica, baixaram a cabe-

ça e só mais tarde bateram algumas palmas. O ministro Mário Flores, da Marinha, não estava em Brasília. Órfãos do perigo das idéias vermelhas do comunismo, os chefes militares descobriram seu novo inimigo na pele vermelha dos ianomamis e no barulho verde dos ecologistas. O muxoxo verde-oliva, no entanto, é relativo. O decreto de Collor dá aos militares trânsito livre na área e poderão fazer até o controle de fronteiras entre ianomamis brasileiros e venezuelanos.

PRESSÃO EXTERNA — A portaria agradou os ambientalistas. Na solenidade, o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, quase chorou de emoção. Nos últimos dias, Collor recebeu em seu gabinete dezenas de telegramas de organizações internacionais reclamando da demora do governo em demarcar a área. Para completar, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, com a ajuda das embaixadas na Europa, detectou um movimento de diversas entidades no sentido de boicotar a reunião do dia 12 de dezembro em Paris, na qual será discutida a pré-pauta da Rio 92. A Survive International, uma das mais influentes entidades não governamentais da Europa, chegou a ensaiar um boicote à conferência do Rio de Janeiro no ano que vem, caso a demarcação não acontecesse até o encontro de Paris.

A demarcação de uma área de 9,4 milhões de hectares corresponde ao tamanho da Hungria. Ali, cada um dos 10 000 ianomamis terá à sua disposição uma área de 9,4 quilômetros quadrados. Transferindo essa matemática geográfica a todo o Brasil, os 150 milhões de brasileiros só teriam o mesmo espaço dos ianomamis se o Brasil fosse três vezes maior que a Terra, incluindo a superfície marítima. Pelo ângulo dos milhões de brasileiros sem teto e outros tantos sem terra, a decisão de Collor é um absurdo. Mesmo assim, a decisão faz sentido a todos que respeitam a cultura indígena, pois os ianomamis são cidadãos especiais. Reduzir seu habitat equivaleria a extinguir sua cultura. E ter 10 000 ianomamis, um dos povos mais antigos do planeta, é um privilégio do Brasil e um dado enriquecedor da cultura nacional.

Do tamanho de Portugal

Cerca de 10 000 ianomamis têm assegurada uma área de 9,5 milhões de hectares nos Estados de Roraima e do Amazonas

